



Diabo

21-06-2011

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 25000

Temática: Justiça

Dimensão: 877

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/5





Passageiro frequente

EDUARDO SÉRGIO

Devem andar cheios de milhas aéreas, os cartões de pontos da Procuradoria-geral da República. Segundo a página da Internet onde a despesa pública é controlada, os ajustes directos do Gabinete de Pinto Monteiro ascendem a mais de 175 mil euros só para viagens à volta do Mundo.

Contava-se, nos idos da década de oitenta, que a diferença entre Deus e Mário Soares era que, se o Todo-Poderoso estava em toda a parte, Mário Soares já tinha estado. Nos tempos que correm, parece que a Procuradoria-geral da República vai pelo mesmo caminho e quer estar também em toda a parte. Diz a página despesapublica.com que desde que há registos disponibilizados pela Internet, o serviço orientado por Pinto Monteiro já gastou 175 648,77 euros em viagens. São mais de 95 compras de passagens aéreas e alojamentos em 19 países que vão de Marrocos à Alemanha, passando por Angola, Holanda, Espanha, Ucrânia, Brasil, Guatemala, Fran-

ça, Suíça, Estónia, Inglaterra e Escócia, Moçambique, Sérvia, República Checa, Chile, Áustria, Luxemburgo e Colômbia. Isto, sem falar das idas domésticas à Madeira e aos Açores, igualmente incluídas na lista das viagens da Procuradoria. Tudo feito dentro da Lei, é certo, mas a levantar dúvidas a muita gente, quer pela diversidade de destinos, quer pela quantia gasta, saída dos bolsos dos contribuintes, e aparentemente pouco ajustada aos tempos de crise e de cortes de despesa a que nos vamos ter de habituar. A compilação destes dados coube à página da Internet "doportugalprofundo.blogspot.com" e o autor, mais não faz do que levantar questões, do ponto de vista da

carteira do contribuinte. António Balbino Caldeira escreve mesmo que "Não se questiona aqui a legalidade e a regularidade destas aquisições de viagens e de alojamento pela Procuradoria-Geral da República (PGR), mas é legítimo o escrutínio destas despesas nestes anos de crise financeira gravíssima do Estado português, agora sujeito às imposições da União Europeia e do FMI por causa do endividamento do regime socrático". De igual modo, nunca é levantada nenhuma suspeita sobre quem foi e quanto tempo ficou e a fazer o quê. Mas que a lista dá que pensar, lá isso dá.

Tal como já leu acima, foram feitas 95 compras de viagens declaradas por ajuste directo. Foram gastos 175 648,77 euros que do bolso de quem paga impostos foram para apenas duas empresas de viagens. À Star foram dados 93 cheques que todos juntos atingem a bonita quantia de 171.408,02 euros. À Barceló Escalatur foram entregues apenas dois, com a soma total de 4.240,75 euros e pagaram uma única viagem a Salvador da Baía, no Brasil, entre 16 a 19 de Abril de 2010. Mais uma vez, reforça-se a

ideia, tudo dentro da Lei. O autor da página escreve também que as aquisições foram feitas ao abrigo do "artigo 27.º, n.º 1, alínea h do Código dos Contratos Públicos": ajuste directo para contratos de aquisição de serviços, «ao abrigo de um acordo quadro, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 258.º» («1 - Deve adoptar-se o ajuste directo para a formação de contratos a celebrar ao abrigo de acordos quadro celebrados na modalidade prevista na alínea a do n.º 1 do artigo 252.º» - «Modalidades de acordos quadro - 1 - As entidades adjudicantes só podem celebrar acordos quadro: a) Com uma única entidade, quando nelas estejam suficientemente especificados todos os aspectos da execução dos contratos a celebrar ao seu abrigo que sejam submetidos à concorrência pelo caderno de encargos».

Quem viajou e o que foi fazer não estão especificados nos ajustes. E a Procuradoria acha não ter de explicar nenhum dos itens constantes na página dos ajustes directos. Numa leitura transversal aos documentos há, no entanto, dados no mínimo, curiosos. Por exemplo, no ano passado foram à

Guatemala. Alguém esteve por lá entre 12 a 16 de Maio que se terá cruzado com outro alguém do mesmo serviço que foi ao mesmo destino, mas entre 9 a 14 Maio. Cada uma destas viagens rondou os 1 634,86 euros. Comprova-se também que sai caro ir a Angola. Numa viagem para 5 pessoas a Luanda, com data de adjudicação de 02 de Julho de 2010, gastaram-se 27 059,35 euros, 5411,87 euros por pessoa, 1352 euros por dia, fora os trocos. O Brasil, destino frequente, também pode não ficar barato. Sob o item de viagens, aparece um contrato feito a "01/01/1970" e publicada a "25/05/2009" sob o abrangente título de "Viagens" que custou 7 994,00 euros por três dias. Cinco dias em Viena, na Áustria, igualmente contratados a "01/01/1970", e publicados a "22/10/2008" ficaram a 2 799,76 euros. Os ajustes directos não são explícitos quanto ao número de viajantes, nem incluem a razão da viagem, e na página da Procuradoria-geral da República na Internet não há nenhuma notícia relacionada com estas voltas ao Mundo feitas com dinheiro dos contribuintes. ■